

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO  
LUDGERO - CEGERO**

**PRESTAÇÃO DE  
CONTAS  
Exercício de 2018**

**São Ludgero, 29 de março de 2019.**

## **1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**

#### **Senhores Associados,**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

#### **Destacamos a seguir os principais equipamentos, materiais e serviços executados no sistema elétrico de distribuição:**

01. Foram instalados novos transformadores, repotencializados vários circuitos e substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito e dimensionar suas potências de transformação, maximizando os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia etc. Investimento em transformadores novos e conserto de transformadores danificados no valor de R\$ 94.432,20.
02. Foram adquiridos cabos de cobre e alumínio de várias bitolas utilizados em ramais de ligação, aterramentos, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, com custo total de R\$ 230.198,87.
03. Dando continuidade às melhorias nas redes de distribuição de energia da CEGERO, foram utilizados 265 postes de várias bitolas (R\$ 233.794,00), bem como 336 cruzetas de concreto, fibra de vidro e metálica (R\$ 45.279,00) totalizando um investimento de R\$ 279.073,00.
04. Investimento em 1.104 isoladores tipo bastão polimérico e tipo pilar, no valor total de R\$ 63.581,86.

05. Foram utilizados 65 para-raios de média tensão na instalação de transformadores, pontos de proteção e troca de para-raios danificados, além de 1 para-raios na Subestação São Basílio 138kV, no valor total de R\$ 12.424,72.
06. Com relação à iluminação pública, foram utilizadas 328 lâmpadas, sendo 272 de 70Watts, 16 de 150W, 37 de 250W e 3 de 400W, no valor de R\$ 6.064,88, e 90 reatores no valor de R\$ 4.941,60, mais acessórios como relês, chaves magnéticas e refletores no valor de R\$ 5.203,90, com investimento total em iluminação no valor de R\$ 16.210,38.
07. Foram instaladas 128 chaves fusíveis, 3 chaves fusíveis religadoras e 59 chaves seccionadoras, no valor total de R\$ 58.355,51.
08. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores antigos, no total de 840kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm<sup>2</sup> (R\$ 25.576,50) e 260 hastes de terra (R\$ 9.007,30), no valor total de R\$ 34.583,80.
09. No total, com execução de projetos de construção, ampliação e melhoria das redes de distribuição de energia elétrica da CEGERO, foram realizados 222 projetos, no valor aproximado de R\$ 1.656.274,10.
10. Aquisição de 385 medidores de energia de diversos modelos e equipamentos destinados a medição de energia (chaves de aferição, transformadores de corrente e de tensão), no valor total de R\$ 76.676,50.
11. Automação das medições de energia elétrica de unidades consumidoras atendidas com transformadores de 150 e 225kVA, com a aquisição no ano de 2018 de 66 modems no valor de R\$ 67.122,00, tendo a instalação dos mesmos sido concluída no início de 2019.
12. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e coletiva e ferramentas diversas, no valor total de R\$ 63.080,50.
13. Utilização de equipes terceirizadas de linha viva para construção e manutenção de redes, evitando o máximo de desligamentos, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema, totalizando R\$ 198.303,00.
14. Incorporado nas perdas de energia o consumo da iluminação pública de 1.295.609kWh, gerando um custo aproximado de R\$ 293.883,00.

15. O aumento no valor da compra de energia da CELESC foi em média de 25%, sendo que somente foi repassado aumento de 5% para os consumidores de baixa tensão e 15% para os de alta tensão.
16. Foram gerados no ano 7656 processos de obras e/ou solicitações de atendimento, como solicitação de caminhão munck, construção e manutenção de redes, poda de árvores, iluminação, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, descargas atmosféricas, entre outros.
17. Foi adquirido o montante de 159.636.838kWh e distribuído aos associados 150.552.546kWh, com uma perda na distribuição de energia de 5,69%.
18. Verificamos os seguintes resultados no exercício de 2018:

Em potência instalada	7,90%
Em energia adquirida	7,91%
Em energia distribuída	7,86%
Em demanda (Fora Ponta e Ponta)	6,84% e 6,05%

**Destacamos a seguir as entidades beneficiadas com R\$ 231.357,56 de recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:**

01. Auxílio para manutenção do pronto atendimento 24 horas na Unidade Sanitária Central Noemy Sombrio Pereira no valor de R\$ 90.000,00.
02. Auxílio à Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Ludgero no valor de R\$ 55.061,46. Ainda citamos o convênio para cobrança da contribuição voluntária do associado que arrecadou R\$ 23.575,00 no ano de 2018.
03. Auxílio à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Ludgero - APAE no valor de R\$ 41.296,10. A contribuição voluntária para a APAE arrecadou R\$ 10.541,00.
04. Auxílio ao Hospital Santa Teresinha de Braço do Norte no valor de R\$ 45.000,00.

**Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:**

01. Prestação de serviços de guindaste com valores abaixo do mercado.
02. Mão de obra gratuita para iluminação de campos de futebol.
03. Mão de obra gratuita para manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais.
04. Mão de obra gratuita para construção e manutenção de redes particulares.

05. Empréstimo gratuito do gerador para as comunidades, associações e eventos realizados.
06. Instalação gratuita da iluminação natalina nas praças e avenidas.
07. Cessão gratuita dos auditórios no Centro e na Sede Administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 264 reservas em 2018.

**Destacamos a seguir os principais processos e mudanças internas:**

01. A CEGERO foi oficialmente enquadrada com permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e as tarifas iniciais passaram a ser praticadas no dia 1º de dezembro de 2018. A assinatura do contrato foi realizada no dia 23 de outubro de 2018 pelo presidente Francisco Niehues Neto e pelo secretário Valentim Baschiroto.

Das 115 distribuidoras do Brasil, a tarifa praticada para os consumidores de Alta Tensão (Indústrias) se tornou a mais barata do país e para os de Baixa Tensão (residências, comércio e pequenas empresas) a terceira mais baixa.

Os números apontam que as tarifas praticadas pela CEGERO chegam a ser em média 40% inferiores às praticadas por inúmeras distribuidoras do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Com a homologação das tarifas, a partir de 1º de dezembro, os consumidores de maneira geral sentiram uma redução média de 3,10%, sendo 3,42% para os consumidores de Baixa Tensão e 2,97% para os consumidores de Alta Tensão.

<b>Efeito tarifário médio a partir de 1º de dezembro de 2018</b>
Classe Residencial Baixa Renda: -14,18%
Classe Residencial, Comercial e demais classes: -1,45%
Classe Rural: -11,05%
Classe Industrial Alta Tensão: -2,97%

02. Foram realizadas 1.904 horas de treinamento e qualificação dos colaboradores da CEGERO, nas mais diversas áreas, totalizando um investimento de R\$ 40.329,90, sendo R\$ 36.070,00 com recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/SC e R\$ 4.259,90 com recursos próprios da CEGERO.
03. Adequação de cargos e funções com o objetivo de organizar a estrutura interna e adaptar às exigências da ANEEL.

04. Modernização do site da CEGERO, com o objetivo de dar mais dinamismo e transparência às principais informações da CEGERO, bem como oferecer ao associado e consumidor um portal de atendimento virtual.
05. Modernização da central de atendimento, com opções de chamadas comerciais e emergenciais.
06. Implementação do 1º planejamento estratégico da CEGERO, após 56 anos de fundação, com aplicação de metodologias de gestão de projetos e gestão orientada por processos, baseado no modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ. O trabalho teve início no dia 15 de outubro de 2018 e segue durante o ano de 2019, com o acompanhamento da Eficaz Assessoria, sendo os custos de treinamento inteiramente arcados pelo SESCOOP/SC.
07. Início do processo de adaptação às normas NBR ISO 9001 e 10002, de todos os departamentos da Cooperativa, com certificação prevista para o final de 2019.
08. Início da execução de rotinas administrativas vinculadas ao contrato de permissão, bem como adequação da CEGERO às cláusulas e processos previstos no primeiro ano de contrato como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

**Por fim, destacamos a cisão parcial da CEGERO:**

1. Foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 10 de abril de 2018 a cisão parcial da CEGERO e a criação de nova cooperativa denominada COOPERATIVA DE GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUDGERO - CEGERO GD.

A cisão da cooperativa tornou-se necessária para atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que determina que as atividades de distribuição e de geração de energia devem ser segregadas em CNPJ's diferentes.

Assim sendo, optou-se pela cisão, permanecendo a CEGERO com a atividade de distribuição de energia, e transferindo as demais atividades sociais para a nova cooperativa, visto que esta está fora da Permissão da ANEEL e terá maior flexibilidade para realizar outros investimentos e as atividades de ordem social, visando atender aos interesses dos associados.

O valor do patrimônio transferido da CEGERO para a CEGERO GD foi de R\$ 14.357.636,96 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos).

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CEGERO.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CEGERO.

São Ludgero, 18 de março de 2019.

A Administração.

## **ANEXO I - DADOS GERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LIGAÇÕES POR CLASSE DE CONSUMO**

<b>CLASSES</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
RESIDENCIAL	3.384	3.535	3.733	3.865	4.199	4.283	<b>4.453</b>
INDUSTRIAL	134	138	143	155	159	153	<b>152</b>
COMERCIAL	402	409	419	435	438	467	<b>500</b>
RURAL	1.147	1.117	1.099	1.095	869	893	<b>804</b>
PODERES PÚBLICOS	52	50	48	50	47	45	<b>46</b>
SERVIÇOS PÚBLICOS	21	23	24	26	28	32	<b>35</b>
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	<b>2</b>
CONSUMO PRÓPRIO	3	4	3	4	5	6	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.143</b>	<b>5.276</b>	<b>5.469</b>	<b>5.630</b>	<b>5.745</b>	<b>5.879</b>	<b>5.998</b>

### **2. ÍNDICE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMO**

<b>CLASSES</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
RESIDENCIAL	9,55	9,05	9,42	9,33	9,60	9,78	<b>9,25</b>
INDUSTRIAL	76,96	78,65	78,50	78,47	78,70	78,62	<b>79,73</b>
COMERCIAL	4,18	4,05	4,31	4,30	4,04	3,87	<b>3,71</b>
RURAL	6,70	5,87	6,06	6,21	6,05	6,06	<b>6,52</b>
PODERES PÚBLICOS	0,50	0,47	0,47	0,48	0,45	0,44	<b>0,44</b>
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,31	0,26	0,24	0,22	0,27	0,28	<b>0,28</b>
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,98	0,91	0,95	0,94	0,84	0,88	<b>0,00</b>
CONSUMO PRÓPRIO	0,10	0,04	0,05	0,05	0,05	0,07	<b>0,07</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

### **3. EXTENSÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

<b>ANO</b>	<b>EXTENSÃO DE REDES (AT)</b>			<b>EXTENSÃO DE REDES (BT)</b>			
	<b>1Ø(km)</b>	<b>3Ø(km)</b>	<b>Total(km)</b>	<b>1Ø(km)</b>	<b>2Ø(km)</b>	<b>3Ø(km)</b>	<b>Total(km)</b>
<b>2017</b>	26,84	259,81	286,65	88,81	9,41	202,20	300,42
<b>2018</b>	<b>26,51</b>	<b>261,95</b>	<b>288,46</b>	<b>67,07</b>	<b>8,23</b>	<b>192,83</b>	<b>268,13</b>

### **4. TRANSFORMADORES INSTALADOS NO SISTEMA**

<b>ANO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>COOPERATIVA</b>	492	525	535	568	471	589	<b>594</b>
<b>PARTICULARES</b>	31	52	57	58	139	41	<b>50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>523</b>	<b>577</b>	<b>592</b>	<b>626</b>	<b>610</b>	<b>630</b>	<b>644</b>



## 5. POTÊNCIA INSTALADA

ANO	POTÊNCIA		TOTAL
	CEGERO	PARTICULAR	
2012	26.685,5 kVA	23.450,0 kVA	50.135,5 kVA
2013	29.895,5 kVA	26.062,5 kVA	55.958,0 kVA
2014	31.004,5 kVA	27.402,5 kVA	58.407,0 kVA
2015	34.325,0 kVA	32.987,5 kVA	67.312,5 kVA
2016	20.454,5 kVA	49.777,5 kVA	70.232,0 kVA
2017	36.524,5 kVA	36.927,5 kVA	73.452,0 kVA
<b>2018</b>	<b>37.124,0 kVA</b>	<b>42.127,5 kVA</b>	<b>79.251,5 kVA</b>

## 6. MEDIDORES DE ENERGIA ADQUIRIDOS

ANO	NÚMERO DE MEDIDORES
2012	449
2013	282
2014	514
2015	518
2016	557
2017	447
<b>2018</b>	<b>385</b>

## 7. VARIAÇÃO DE DEMANDA ADQUIRIDA

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL		VARIAÇÃO %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2012	18.387,6 kW	NA*	14,58	NA*
2013	19.908,0 kW	NA*	8,27	NA*
2014	21.175,0 kW	NA*	6,36	NA*
2015	22.730,0 kW	NA*	7,34	NA*
2016	24.458,0 kW	22.161,9 kW	7,60	NA*
2017	25.699,6 kW	23.149,3 kW	5,07	4,45
<b>2018</b>	<b>27.456,9 kW</b>	<b>24.550,3 kW</b>	<b>6,84</b>	<b>6,05</b>

\*Sem contrato de demanda.

## **8. VARIAÇÃO DE ENERGIA TOTAL ADQUIRIDA**

<b>ANO</b>	<b>CONSUMO ANUAL</b>	<b>VARIAÇÃO %</b>
2012	111.109.500 kWh	13,97
2013	122.442.787 kWh	10,20
2014	137.014.892 kWh	11,90
2015	132.721.645 kWh	-3,13
2016	138.749.420 kWh	4,54
2017	147.935.519 kWh	6,62
<b>2018</b>	<b>159.636.838 kWh</b>	<b>7,91</b>

## **9. VARIAÇÃO DE ENERGIA DISTRIBUÍDA AOS ASSOCIADOS**

<b>ANO</b>	<b>CONSUMO ANUAL</b>	<b>VARIAÇÃO %</b>
2012	106.181.643 kWh *	13,16
2013	114.581.288 kWh *	7,91
2014	125.224.644 kWh *	9,29
2015	125.645.956 kWh *	0,34
2016	133.803.095 kWh *	6,49
2017	139.582.208 kWh *	4,32
<b>2018</b>	<b>150.552.546 kWh *</b>	<b>7,86</b>

\*No total da energia distribuída aos associados não consta o consumo da iluminação pública que em 2018 foi de aproximadamente **1.295.609 kWh**. Considerando isso, o total de energia distribuída seria de **151.848.155 kWh**.

## **10. VARIAÇÃO DE PERDAS DE ENERGIA**

<b>ANO</b>	<b>ENERGIA ADQUIRIDA</b>	<b>ENERGIA DISTRIBUÍDA</b>	<b>PERDAS (%)</b>
2012	111.109.500 kWh	106.181.643 kWh	5,14
2013	122.442.787 kWh	114.581.288 kWh	7,07
2014	137.014.892 kWh	125.224.644 kWh	8,61
2015	132.721.645 kWh	125.645.956 kWh	5,33
2016	138.749.420 kWh	133.803.095 kWh	3,56
2017	147.935.519 kWh	139.582.208 kWh	5,65
<b>2018</b>	<b>159.636.838 kWh</b>	<b>150.552.546 kWh</b>	<b>5,69</b>

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**I - BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>24.975.069,90</b>	<b>21.901.130,10</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>15.898.474,09</b>	<b>11.925.183,55</b>
Caixa	2.792,10	1.766,83
Numerários em Trânsito	29.434,94	200.963,43
Bancos Conta Movimento	953.843,89	182.322,52
Aplicações no Mercado Aberto	14.912.403,16	11.540.130,77
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>9.076.595,81</b>	<b>9.975.946,55</b>
Consumidores	8.280.699,84	8.392.027,70
Concessionárias e Permissionárias		
Serviços em Curso	23.933,75	6.223,25
Tributos Compensáveis	128.109,61	1.059.663,93
Depósitos Judiciais e Cauções	9.513,16	0,00
Almoxarifado Operacional	67.031,66	61.232,16
Ativos Financeiros Setoriais	212.664,48	0,00
Despesas pagas Antecipadamente	4.481,42	6.812,37
Ativos de Operação Descontinuada e Bens	0,00	57.519,14
Outros Ativos Circulantes	350.161,89	392.468,00
<b>Não Circulante</b>	<b>22.246.390,13</b>	<b>36.508.959,63</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>44.735,78</b>	<b>72.181,90</b>
Tributos Compensáveis	44.735,78	64.516,32
Bens e Direitos para Uso Futuro	0,00	7.665,58
<b>Investimento</b>	<b>16.021,53</b>	<b>429.365,22</b>
Bens e Ativ. nãoVinc. à Concessão do Ser. Púb.	16.021,53	429.365,22
Energia Elétrica		
<b>Bens de Uso</b>	<b>22.169.450,69</b>	<b>35.984.768,43</b>
Imobilizado	22.169.450,69	35.984.768,43
<b>Intangível</b>	<b>16.182,13</b>	<b>22.644,08</b>
Intangível	25.798,42	26.769,53
(-)Amortização	(9.616,29)	(4.125,45)
<b>Total do Ativo</b>	<b>47.221.460,03</b>	<b>58.410.089,73</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**I - BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>13.084.512,01</b>	<b>13.116.940,11</b>
Fornecedores	12.162.130,32	12.337.759,20
Obrigações Sociais e Trabalhistas	545.383,09	594.859,84
Tributos	95.260,72	101.619,06
Provisão para Litígios	150.000,00	0,00
Encargos Setoriais	3.691,02	0,00
Passivos Financeiros Setoriais	22.805,88	0,00
Outros Passivos Circulantes	105.240,98	82.702,01
<b>Não Circulante</b>	<b>29.970,29</b>	<b>730,70</b>
Participação Financeira do Consumidor	29.970,29	730,70
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>34.106.977,73</b>	<b>45.292.418,92</b>
<b>Capital social</b>	<b>203.790,00</b>	<b>198.165,00</b>
<b>Reservas de capital</b>	<b>33.287.930,21</b>	<b>44.129.836,99</b>
Doações e Subvenção	0,00	3.629,20
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	29.114.584,56	38.742.917,61
Fundo de Reserva	3.968.259,81	5.325.450,79
Fates	205.085,84	57.839,39
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>0,00</b>	<b>790.898,76</b>
Reserva de Reavaliação	0,00	790.898,76
<b>Sobras à disposição da Assembleia</b>	<b>615.257,52</b>	<b>173.518,17</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>47.221.460,03</b>	<b>58.410.089,73</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**II - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

Em  
Reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>01. Receita Operacional Bruta</b>	<b>61.107.481,94</b>	<b>51.193.041,84</b>
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	60.637.846,57	50.735.092,01
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	189.574,21	0,00
(+) Serviços Cobráveis	25.433,73	13.528,00
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	109.753,41	0,00
(+) Outros Ingressos e Rendas	144.874,02	444.421,83
<b>02. Dedução da Receita Bruta</b>	<b>(14.645.726,86)</b>	<b>(12.220.553,98)</b>
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(14.642.035,84)	(12.220.553,98)
(-) Encargos do Consumidor	(3.691,02)	0,00
<b>03. Receita Operacional Líquida (1+2)</b>	<b>46.461.755,08</b>	<b>38.972.487,86</b>
<b>04. Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(36.210.306,16)</b>	<b>(29.254.668,81)</b>
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(36.210.306,16)	(29.254.668,81)
<b>05. Resultado Bruto da Comer. de Energia</b>	<b>10.251.448,92</b>	<b>9.717.819,05</b>
<b>06. Despesas Operacionais</b>	<b>(8.140.360,70)</b>	<b>(9.372.828,84)</b>
(+) Recuperação de Despesas	65.938,44	99.403,69
(-) Pessoal e Administrativo	(4.173.905,41)	(4.723.531,02)
(-) Material	(513.947,88)	(610.051,92)
(-) Serviços de Terceiros	(892.639,15)	(1.118.929,02)
(-) Depreciações	(1.261.127,22)	(1.923.073,37)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(5.375,00)	(6.500,00)
(-) Seguros	(22.249,99)	(25.652,55)
(-) Despesas Tributárias	(18.900,27)	(26.467,90)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(231.357,56)	(120.098,00)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação	(216.256,92)	(161.676,89)
(-) Outras Despesas Operacionais	(870.539,74)	(756.251,86)
<b>07. Resultado Operacional (5+6)</b>	<b>2.111.088,22</b>	<b>344.990,21</b>
<b>08. Resultado Financeiro</b>	<b>1.055.482,55</b>	<b>811.797,60</b>
(+) Receita de Aplicação Financeira	685.923,56	534.759,62
(+) Outras Receitas Financeiras	493.206,97	429.771,66
(-) Outras Despesas Financeiras	(123.647,98)	(152.733,68)
<b>09. Resultado Líquido (7+8)</b>	<b>3.166.570,77</b>	<b>1.156.787,81</b>
<b>10. Resultados Abrangentes</b>	<b>935.146,03</b>	<b>0,00</b>
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	700.159,27	0,00
(+) Reversão Doações e Subvenções	3.629,20	0,00
(+) Reversão FATES	231.357,56	0,00
<b>11. Resultado a Ser Destinado (9+10)</b>	<b>4.101.716,80</b>	<b>1.156.787,81</b>
Resultado Com Cooperados	4.101.716,80	1.156.787,81
<b>12. Destinações Estatutárias</b>	<b>(3.486.459,28)</b>	<b>(983.269,64)</b>
(-) Reserva Legal 10%	(410.171,68)	(115.678,78)
(-) Fates 5%	(205.085,84)	(57.839,39)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(2.871.201,76)	(809.751,47)
<b>13. Sobras Líquidas do Período (11+12)</b>	<b>615.257,52</b>	<b>173.518,17</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**III – DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Em  
Reais**

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital				Doações e Subvenções	Sobras a Disposição da AGO	Total
		Reserva de Reavaliação	Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria			
<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>190.545,00</b>	<b>790.898,76</b>	<b>672,09</b>	<b>5.209.772,01</b>	<b>37.931.149,88</b>	<b>3.629,20</b>	<b>2.016,26</b>	<b>44.128.683,20</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2017</b>	<b>7.620,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.167,30</b>	<b>115.678,78</b>	<b>811.767,73</b>	<b>0,00</b>	<b>171.501,91</b>	<b>1.163.735,72</b>
Integralização de Capital	7.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.620,00
Incorporação das Sobras	0,00	0,00	0,00	0,00	2.016,26	0,00	(2.016,26)	0,00
Utilização das Reservas	0,00	0,00	(672,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(672,09)
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.787,81	1.156.787,81
Destinações	0,00	0,00	57.839,39	115.678,78	809.751,47	0,00	(983.269,64)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>198.165,00</b>	<b>790.898,76</b>	<b>57.839,39</b>	<b>5.325.450,79</b>	<b>38.742.917,61</b>	<b>3.629,20</b>	<b>173.518,17</b>	<b>45.292.418,92</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2018</b>	<b>5.625,00</b>	<b>(790.898,76)</b>	<b>147.246,45</b>	<b>(1.357.190,98)</b>	<b>(9.628.333,05)</b>	<b>(3.629,20)</b>	<b>441.739,35</b>	<b>(11.185.441,19)</b>
Integralização de Capital	10.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.845,00
Incorporação das Sobras	0,00	0,00	173.518,17	0,00	0,00	0,00	(173.518,17)	0,00
Devolução de Capital	(5.220,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.220,00)
Utilização das Reservas Cisão	(49.466,30)	(20.864,83)	0,00	(1.726.552,33)	(12.560.753,50)	0,00	0,00	(14.357.636,96)
Ajuste Cisão	49.466,30	(69.874,66)	0,00	(40.810,33)	61.218,69	0,00	0,00	0,00
Reversão das Reservas	0,00	(700.159,27)	(231.357,56)	0,00	0,00	(3.629,20)	935.146,03	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.166.570,77	3.166.570,77
Destinações	0,00	0,00	205.085,84	410.171,68	2.871.201,76	0,00	(3.486.459,28)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>203.790,00</b>	<b>0,00</b>	<b>205.085,84</b>	<b>3.968.259,81</b>	<b>29.114.584,56</b>	<b>0,00</b>	<b>615.257,52</b>	<b>34.106.977,73</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

**IV – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Descrição	Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação</b>	<b>3.166.570,77</b>	<b>1.156.787,81</b>
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.166.570,77	1.156.787,81
<b>2 - Ajuste Por</b>	<b>2.214.109,28</b>	<b>6.752.899,64</b>
Amortização Acumulada	934.676,38	1.079.437,06
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	111.327,86	(613.442,91)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	951.334,86	(317.259,03)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(17.710,50)	(6.223,25)
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	(5.799,50)	(27.798,30)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(212.664,48)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Investimentos Temporários	0,00	50.740,25
(Aumento) ou Diminuição de Depósitos Judiciais e Cauções	(9.513,16)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas Antecipadamente	2.330,95	(243,44)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	42.306,11	(146.171,24)
(Aumento) ou Diminuição de Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão e Permissão	413.343,69	132.908,80
(Aumento) ou Diminuição de Realizável a Longo Prazo	7.665,58	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(175.628,88)	6.582.189,66
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	(49.476,75)	61.968,83
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	(6.358,34)	(19.020,70)
(Diminuição) ou Aumento de Provisão para Litígios	150.000,00	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	3.691,02	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	22.805,88	0,00
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	22.538,97	(24.916,79)
(Diminuição) ou Aumento de Participação Financeira do Consumidor	29.239,59	730,70
<b>3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)</b>	<b>5.380.680,05</b>	<b>7.909.687,45</b>
<b>4 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.</b>	<b>5.380.680,05</b>	<b>7.909.687,45</b>
<b>5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>(1.407.389,51)</b>	<b>(517.746,44)</b>
Ativo Imobilizado / Intangível	12.887.103,31	(467.847,30)
Ativo Investimentos	57.519,14	(57.519,14)
Integralização de Capital	5.625,00	7.620,00
Utilização das Reservas Cisão	(14.357.636,96)	0,00
<b>6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>0,00</b>	<b>(672,09)</b>
(Diminuição) ou Aumento de Utilização das Reservas	0,00	(672,09)
<b>7 – Variação no Caixa (4+5+6)</b>	<b>3.973.290,54</b>	<b>7.391.268,92</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>3.973.290,54</b>	<b>7.391.268,92</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	11.925.183,55	4.533.914,63
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.898.474,09	11.925.183,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## **NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

(Valores expressos em Reais)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

**Principais Atividades Desenvolvidas** – No decorrer do exercício social de 2018 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

### **2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL**

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de



energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - Cegero por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, observadas as disposições da legislação cooperativista. Historicamente as cooperativas observam a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações **ITG 2.004**, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº **605/2014** conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da NBC ITG 2004, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho **4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016, 4.356/2017** e demais orientações.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a **NBC TG 01(R4)**- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CEGERO é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

#### **4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societária, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores à Receber**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

- **Estoque**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis

registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução ANEEL 674/2015. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

- **Salários e Ordenados a Pagar**

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

- **Obrigações Vinculadas a Permissão**

Com a assinatura do contrato de permissão de distribuição de energia elétrica, a Cooperativa vem buscando obedecer às normas padronizadas do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Diante de tal situação, os saldos das contas do subgrupo “2223 – Obrigações vinculadas à permissão”, do passivo não circulante, para fins de elaboração do Balanço Patrimonial de 2018, estão sendo apresentados como redução do Ativo Imobilizado.

- **Outros Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes não afetem substancialmente o resultado.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

• **Outros Resultados Abrangentes**

A CEGERO efetuou reversão do saldo existente nas contas de “Reservas de Reavaliação” e “Doações e Subvenção” nos valores de R\$ 700.159,27 e R\$ 3.629,20 respectivamente, contabilizados diretamente para a conta de “Sobras do Período” como Resultados Abrangentes, referente realização do ajuste de avaliação patrimonial.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	Em Reais	
	2018	2017
<b>Caixa Geral</b>	<b>1.792,10</b>	<b>766,83</b>
<b>Bancos Contas Movimento</b>	<b>953.843,89</b>	<b>182.322,52</b>
<b>Fundos de Caixa</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Numerários em Trânsito</b>	<b>29.434,94</b>	<b>200.963,43</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>14.912.403,16</b>	<b>11.540.130,77</b>
Banco Do Brasil S.A.	1.211.284,57	1.459.739,15
Sicoob/SC – Credivale	4.514.573,36	4.305.535,06
CEF CDB	0,00	1.611.537,67
Banco Safra	0,00	956.731,07
C.E.F. Fundos de Investimento	5.031.996,17	2.459.802,24
Bradesco Investimento	41.506,41	229.818,12
Unicred Aplicação Financeira	4.113.042,65	516.967,46
<b>Total Caixa e Equivalentes</b>	<b>15.898.474,09</b>	<b>11.925.183,55</b>

## 6. CONSUMIDORES

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

		<b>Em Reais</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>		<b>2018</b>		<b>2017</b>	
Residencial		657.364,57		664.389,38	
Industrial		6.507.011,66		6.632.539,25	
Comercial		333.658,89		302.400,90	
Rural		376.487,38		353.617,18	
Poderes Públicos		26.866,59		23.104,19	
Iluminação Pública		1.310,05		0,00	
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa		(149.776,07)		(148.178,70)	
Serviços Cobráveis		7.255,58		2.519,85	
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa		(411,86)		(213,00)	
Participação Financeira		3.771,43		730,70	
Parcelamentos		874.512,64		682.056,89	
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa		(411.407,36)		(476.599,42)	
OUTROS		54.056,34		364.671,15	
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa		0,00		(9.010,67)	
<b>Total</b>		<b>8.280.699,84</b>		<b>8.392.027,70</b>	
	<b>Saldos</b>	<b>Vencidos</b>		<b>Saldo</b>	
	<b>Vincendos</b>	<b>Até 90 dias</b>	<b>Mais 90 dias</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Consumidores</b>					
Residencial	507.123,26	133.138,72	8.060,79	648.322,77	656.946,46
Industrial	3.899.577,65	2.431.609,30	139.401,52	6.470.588,47	6.592.940,35
Comercial	247.229,24	75.217,51	7.561,75	330.008,50	299.473,72
Rural	289.907,38	78.776,66	3.718,65	372.402,69	351.405,48
Poder Público	26.393,22	466,14	0,00	26.859,36	23.058,01
Ilum. Pública	1.310,05	0,00	0,00	1.310,05	0,00
Multas e Juros	20.057,51	25.739,93	7.409,86	53.207,30	52.226,88
<b>Total</b>	<b>4.991.598,31</b>	<b>2.744.948,26</b>	<b>166.152,57</b>	<b>7.902.699,14</b>	<b>7.976.050,90</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, enquadrados nas seguintes situações:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

## **7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS**

Os saldos referentes aos "Tributos Compensáveis", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

		<b>Em Reais</b>			
<b>Descrição</b>		<b>2018</b>		<b>2017</b>	
ICMS a Recuperar		78.265,86		990.578,12	
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente		49.843,75		69.085,81	
<b>Total</b>		<b>128.109,61</b>		<b>1.059.663,93</b>	

## 8. ESTOQUES

Os saldos referentes aos “Estoques”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Almoxarifado Operacional	39.425,06	47.495,85
Estoque de Sucatas	27.606,60	13.736,31
<b>Total</b>	<b>67.031,66</b>	<b>61.232,16</b>

## 9. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes às “Repasse de PIS e COFINS CUSD e TE”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Repasse de PIS COFINS CUSD	24.685,32	0,00
Repasse de PIS COFINS TE	187.979,16	0,00
<b>Total</b>	<b>212.664,48</b>	<b>0,00</b>

## 10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de	2.375,00	4.750,00
Prêmios de Seguros	2.106,42	2.062,37
<b>Total</b>	<b>4.481,42</b>	<b>6.812,37</b>

## 11. ATIVOS DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA E BENS

Os saldos referentes às “Ativos de Operação Descontinuada e Bens”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Máquinas e Equipamentos	0,00	57.519,14
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>57.519,14</b>

## **12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES**

Os saldos referentes a “Outros Ativos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Adiantamento de férias	70.293,10	62.060,14
Adiantamento Plano Saúde Unimed	1.750,58	0,00
Outros Adiantamentos	305,31	440,26
Adiantamento Tezza Montagens Elétricas	0,00	23.856,56
Alienação de Bens e Direitos	60.000,00	189.500,00
Reembolsos do Fundo da CDE	109.531,07	0,00
Arrendamentos e Aluguéis	0,00	11.466,00
(-) Provisão para Créditos de LÍq. Duvidosa	(150.710,91)	(24.026,00)
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	19.387,50	29.585,33
Cheques Devolvidos	198.021,08	42.463,96
SESCOOP/SC	350,00	26.269,50
Desativações Em Curso	28.795,66	3.159,75
Alienação em Curso	12.438,50	27.692,50
<b>Total</b>	<b>350.161,89</b>	<b>392.468,00</b>

## **13. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS – NÃO CIRCULANTE**

Os saldos referentes aos “Tributos Compensáveis, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2018	2017
ICMS a Recuperar do Ativo Permanente	44.735,78	64.516,32
<b>Total</b>	<b>44.735,78</b>	<b>64.516,32</b>

## **14. BENS E DIREITOS PARA USO FUTURO – NÃO CIRCULANTE**

Os saldos referentes aos “Bens e Direitos para Uso Futuro, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em reais	
	2018	2017
Quotas e Ações Outras Empresas	0,00	2.665,58
Grupo Geração SC - Geracoop	0,00	5.000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>7.665,58</b>

## **15. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS – NÃO CIRCULANTE**

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

**Em reais**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Direitos Uso Term. Telefônico	0,00	3.357,69
Quotas Unired	8.076,33	6.000,00
Quotas Sicoob	7.945,20	0,00
Veículos Cedidos em Comodato	0,00	694.544,00
Depr. Acumulada de Veículos Cedidos em	0,00	(274.536,47)
<b>Total</b>	<b>16.021,53</b>	<b>429.365,22</b>

## **16. IMOBILIZADO**

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

**Em reais**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Saldo Anterior</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo</b>
					<b>Final</b>
<b>LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES</b>	<b>28.136.900,04</b>	<b>1.316.075,66</b>	<b>1.127.093,81</b>	<b>(8.725.346,77)</b>	<b>19.600.535,12</b>
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
Terrenos	0,00	315.000,00	0,00	0,00	315.000,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	218.877,00	2.200,00	2200,00	(71.121,13)	147.755,87
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	26.196.477,12	842.374,42	725.458,08	(7.571.728,47)	18.741.664,99
MÁQUINAS E EQUI. - COMERCIALIZAÇÃO	36.339,53	0,00	0,00	(8.925,02)	27.414,51
VEÍCULOS	1.518.538,07	154.713,24	399.435,73	(1.019.787,11)	254.028,47
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	166.668,32	1788,00	0,00	(53.785,04)	114.671,28
<b>LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES</b>	<b>693.326,52</b>	<b>3.270.246,60</b>	<b>2.749.015,24</b>	<b>0,00</b>	<b>1.214.557,88</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	139.110,79	1.261.752,82	913.198,62	0,00	487.664,99
VEÍCULOS	0	24.793,42	24.793,42	0,00	0,00
MATERIAL EM DEPÓSITO	554.215,73	1.109.574,62	936.897,46	0,00	726.892,89
COMPRAS EM ANDAMENTO	0	873.133,74	873.133,74	0,00	0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	992,00	992,00	0,00	0,00
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>28.830.226,56</b>	<b>4.586.322,26</b>	<b>3.876.109,05</b>	<b>(8.725.346,77)</b>	<b>20.815.093,00</b>



**Em Reais**

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo
					Final
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>18.064.478,01</b>	<b>79.246,08</b>	<b>15.810.208,73</b>	<b>(979.157,67)</b>	<b>1.354.357,69</b>
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
TERRENOS	512.500,00	0,00	512.500,00	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	15.095.574,17	12.054,66	15.107.628,83	0,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.471.747,81	41.358,68	143.316,02	(615.524,98)	754.265,49
VEÍCULOS	268.289,57	0,00	31.159,47	(147.416,55)	89.713,55
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	716.366,46	25.832,74	15.604,41	(216.216,14)	510.378,65
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>0,00</b>	<b>16.446,33</b>	<b>16.446,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	13.846,33	13.846,33	0,00	0,00
VEÍCULOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>18.064.478,01</b>	<b>95.692,41</b>	<b>15.826.655,06</b>	<b>(979.157,67)</b>	<b>1.354.357,69</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>46.894.704,57</b>	<b>4.682.014,67</b>	<b>19.702.764,11</b>	<b>(9.704.504,44)</b>	<b>22.169.450,69</b>

**17. FORNECEDORES**

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

**Em Reais**

Fornecedores	2018	2017
CELESC Distribuições S/A	12.090.543,65	12.048.772,37
Materiais e Serviços	71.586,67	48.486,83
Outros	0,00	240.500,00
<b>Total</b>	<b>12.162.130,32</b>	<b>12.337.759,20</b>

**18. FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS**

Os saldos referentes a "Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

**Em Reais**

Contas	2018	2017
Empregados	73.342,55	67.668,12
Diretores e Conselheiros	15.107,55	15.215,31
Provisão de Férias	281.709,30	317.470,03
INSS S/Provisão de Férias	85.442,45	86.803,53
FGTS S/Provisão de Férias	22.488,20	25.331,70
PIS S/Provisão de Férias	2.817,10	3.174,72
INSS	18.459,35	19.689,98

IRRF	43.499,95	51.733,69
Mensalidade Sintresc	1.642,09	1.889,70
Empréstimo Consignado	874,55	5.883,06
<b>Total</b>	<b>545.383,09</b>	<b>594.859,84</b>

## 19. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	2018	2017
ISS Retido na Fonte	412,74	53,29
INSS	62.667,15	64.874,65
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	2.496,62	4.773,78
FGTS	22.864,14	26.562,67
PIS S/ Folha de Salários	3.680,80	4.238,26
Contribuições Sociais Retidas na Fonte -	2.375,95	839,06
Imposto de Renda Retido na Fonte	763,32	277,35
<b>Total</b>	<b>95.260,72</b>	<b>101.619,06</b>

## 20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Passivos Circulantes”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	Em Reais	
	2018	2017
Contas Pagas em Duplicidade	4.033,27	10.076,61
Recebimentos a Identificar	7.118,48	7.081,35
Adiantamentos de Consumidores	45.393,84	24.516,55
Capital Social a Restituir	16.856,50	12.881,50
Convênio APAE	916,00	860,00
Convênio R.F.C.C.	3.613,50	397,00
Convênio FIA	40,00	50,00
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	16.075,00	14.550,00
Convênio Hospital de Rio Fortuna	60,00	45,00
Convênio Hospital N.Sª da Conceição de	18,00	23,00
Convênio Jornal Folha do Vale	1.750,00	2.325,00
Convênio Jornal Cidade Notícias	7.158,00	7.224,00
Convênio Seminário N.Sª de Fátima	18,00	18,00
Convênio A.E.R.P.B.	70,00	155,00
Convênio Jornal Destaque	1.911,00	2.424,00
Colaboração Espontânea Hosp. Sª. Teresinha	0,00	50,00
Convênio Assoc. Avicultores Sul SC	0,00	25,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	189,44	0,00
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	19,95	0,00
<b>Total</b>	<b>105.240,98</b>	<b>82.702,01</b>

## **21. CAPITAL SOCIAL**

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 4.595 (Quatro mil, quinhentos e noventa e cinco) associados em 31 de dezembro de 2018.

## **22. RECEITA OPERACIONAL**

Os totais acumulados referentes as “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Descrição</b>	<b>Em Reais</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>		
Residencial	6.115.371,01	5.528.599,78
Industrial	48.103.189,44	39.724.259,56
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.655.887,82	2.373.877,06
Rural	3.299.346,77	2.700.015,67
Poder Público	292.243,84	258.003,83
Iluminação Pública	1.310,05	0,00
Serviço Público	170.699,66	150.644,24
Demais Ativos Passivos	189.574,21	0,00
Demais Receitas e Rendas	109.753,41	0,00
<b>Total Fornecimento Energia</b>	<b>60.937.376,21</b>	<b>50.735.400,14</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Uso Mútuo de Postes	137.829,99	261.116,47
Serviço Taxado	25.433,73	13.528,00
Outras Receitas	6.842,01	182.997,23
<b>Total das Receitas Operacionais</b>	<b>170.105,73</b>	<b>457.641,70</b>

## **23. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL**

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

		<b>Em Reais</b>	
<b>Conta</b>	<b>Imposto</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Tributos Sobre a Receita</b>		<b>(14.645.726,86)</b>	<b>(12.220.553,98)</b>
	ICMS	(14.642.035,84)	(12.220.553,98)
	Taxa de Fiscalização	(3.691,02)	0,00
<b>Total Deduções da Receita</b>		<b>(14.645.726,86)</b>	<b>(12.220.553,98)</b>

#### **24. CUSTOS E DESPESAS**

Os saldos referentes aos "Custos e Despesas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

		<b>Em Reais</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	
<b>CUSTOS</b>	<b>(36.210.306,16)</b>	<b>(29.254.668,81)</b>	
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(36.210.306,16)	(29.254.668,81)	
<b>DESPESAS</b>	<b>(8.140.360,70)</b>	<b>(9.372.828,84)</b>	
(+) Recuperação de Despesas	65.938,44	99.403,69	
(-) Pessoal e Administrativo	(4.405.262,97)	(4.723.531,02)	
(-) Material	(513.947,88)	(610.051,92)	
(-) Serviços de Terceiros	(892.639,15)	(1.118.929,02)	
(-) Depreciações	(1.261.127,22)	(1.923.073,37)	
(-) Arrendamento e Aluguéis	(5.375,00)	(6.500,00)	
(-) Seguros	(22.249,99)	(25.652,55)	
(-) Despesas Tributárias	(18.900,27)	(26.467,90)	
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	0,00	(120.098,00)	
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(216.256,92)	(161.676,89)	
(-) Outras Despesas Operacionais	(870.539,74)	(756.251,86)	

## **25. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO**

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

		<b>Em Reais</b>	
<b>Grupo</b>	<b>Contas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>1.179.130,53</b>	<b>964.531,28</b>
	Rendas de Aplicação financeira	685.923,56	534.759,62
	Acrésc. Moratório Fatura Energia	309.082,82	295.517,52
	Outras Receitas Financeiras	184.124,15	134.254,14
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>(123.647,98)</b>	<b>(152.733,68)</b>
	Tarifas Bancárias	(6.647,21)	(9.256,44)
	Juros/IOF	(17.970,21)	(28.052,87)
	Outras Desp. Financeiras	(99.030,56)	(115.424,37)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.055.482,55</b>	<b>811.797,60</b>

## **26. DESMEMBRAMENTO E APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO NOVA COOPERATIVA**

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2018, com base no Relatório da Comissão e Desenvolvimento foi aprovada a constituição da nova Cooperativa denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de São Ludgero – CEGERO GD.

Com base no LAUDO DE AVALIAÇÃO elaborado pela NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, que constitui o ANEXO 2 do presente relatório, foram apurados os seguintes valores patrimoniais a serem desmembrados:

### **ATIVO**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>Circulante</b>	<b>500.000,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.000,00
<b>Não Circulante</b>	<b>13.857.636,96</b>
Bens e Ativ. Não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia	420.007,53
Imobilizado	13.437.629,43
<b>Total do Ativo</b>	<b>14.357.636,96</b>

## **PASSIVO**

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14.357.636,96</b>
<b>Capital social</b>	<b>49.466,30</b>
Capital Subscrito	49.466,30
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>20.864,83</b>
Terrenos	20.864,83
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>14.287.305,83</b>
Reservas Estatutárias	14.287.305,83
<b>Total do Passivo</b>	<b>14.357.636,96</b>

Em virtude deste desmembramento, o Patrimônio Líquido da CEGERO Distribuição foi reduzido em 2018 em R\$ 14.357.636,96.

### **27. PASSIVOS CONTINGENTES**

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2018, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

**Em Reais**

Tipo da ação	Situação Resumida	Prognóstico	
		Provável	Possível
		Valor em Reais	Valor em Reais
Ação Ordinária nº 5003997-39.2015.4.04.7207 – Fazenda Nacional – Juros e multas REFIS	Sentença de procedência em favor da CEGERO. A União deve recorrer às instâncias superiores – 11516 002932/2006-05	0,00	118.585,42
Ação Ordinária nº 5003997-39.2015.4.04.7207 – Fazenda Nacional – Juros e multas REFIS	Sentença de procedência em favor da CEGERO. A União deve recorrer às instâncias superiores – 11516 002931/2006-52	0,00	547.321,06
Ação Trabalhista	Ação Trabalhista nº 0001270-82.2017.5.12.0041,	150.000,00	0,00
Ação Trabalhista	Ação Trabalhista nº 0000303-45.2017.5.12.0006	0,00	2.000,00
Ação de Indenização	Ação de Indenização nº 0301144-04.2016.8.24.0010	0,00	4.325,00
<b>Total</b>		<b>150.000,00</b>	<b>672.231,48</b>

Atenciosamente.



**Francisco Niehues Neto**  
Presidente  
CPF: 437.499.179-49



**Valentim Baschiroto**  
Secretário  
CPF: 343.516.129-91



**Adilson Soethe**  
Contador CRCSC-031320/O-2  
CPF: 053.893.989-39

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

São Ludgero, 18 de março de 2019.



Matias Weber  
Conselheiro - Coordenador



Roger Philippi  
Conselheiro



Jairo De Bona Da Silva  
Conselheiro - Secretário



**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**

São Ludgero - SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 01 de Março de 2019.



**Hermenegildo João Vanoni**

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

**AUDICONSULT Auditores S/S**

CRC-SC 4.012